

Volta do Brasil às negociações deixou credores mais tranquilos

Roberto Garcia
Correspondente

NOVA IORQUE — Quando mais de 50 banqueiros de todo o mundo reuniram-se no dia 25 passado com um representante do governo Sarney no edifício da revista *National Geographic*, no centro de Washington, um discreto sentimento de alívio permeava o ambiente. Quase sete meses depois do anúncio bombástico de uma moratória no pagamento de juros, os brasileiros tinham finalmente voltado à mesa de negociações. Demorou, mas agora eles estavam conversando e isso era muito importante.

Apesar das expressões austeras que os credores ostentavam, eles tinham várias razões para otimismo. Embora o ano tivesse começado com o Brasil perdendo reservas a um ritmo rápido, em virtude dos excessos consumistas da era do Cruzado, a situação estava melhorando nos últimos meses. Com a volta aos saldos comerciais recordistas, dentro em pouco o país já teria voltado aos níveis mínimos fixados pelo governo e poderia voltar a pagar juros. Assim, a maior ameaça que os bancos tinham enfrentado nos últimos anos parecia estar sumindo.

Apesar das incertezas políticas comuns num período de transição como o atravessado atualmente pelo Brasil, a liderança do país parecia disposta a voltar ao Fundo Monetário Internacional. O custo político dessa volta ao redil dos bem comportados poderia ser alto, mas o ministro paulista Bresser Pereira, um pemedebista tradicional, enfrentara a ira dos radicais de seu partido para fazê-lo e estava sobrevivendo. "Nunca tivemos dúvidas de que o Brasil optaria pelo realismo", diz um importante funcionário de um banco credor.

Até mesmo a delegação de negociadores brasileiros tinha novamente banqueiros moderados que sempre dialogaram facilmente com seus colegas do exterior. Homens como Fernão Bracher, Antonio de Pádua Seixas e o influente embaixador em Washington, Marcílio Moreira, eram uma garantia de que as propostas revolucionárias de redução da dívida seriam devidamente minimizadas e as soluções tradicionais mais aceitáveis nos mercados financeiros voltariam a predominar.

O sonho da distribuição da renda que dominara a imaginação dos brasileiros no ano passado tinha terminado com um banho de água fria. A sociedade percebera o preço das experiências e não parecia disposta a servir de cobaia para novos teóricos idealistas. "Eles estão virando conservadores", diagnosticou um membro importante da equipe de negociadores dos bancos.

Finalmente, para surpresa dos

próprios bancos, o balão de ensaio da conversão compulsória de parte da dívida em títulos tinha sido derrubado de forma mais fácil do que prevista. Agora, que Bresser Pereira tinha aceito a conversão voluntária, dispondo-se a tornar os títulos mais atraentes para os credores, um grande problema dos grandes bancos poderia ser eliminado. Desde 1983 o maior obstáculo para a conclusão dos pacotes de financiamento dos grandes devedores tem sido os bancos pequenos, que se recusam a contribuir com a parte que lhes cabe em novos empréstimos, para rolar a dívida. Frequentemente esses bancos não contribuem nada e os grandes bancos têm que dar a parte deles. Com a conversão, seria possível dar alguns estímulos para eles saírem definitivamente dos pacotes e as úlceras dos negociadores poderiam sarar.

Núvens pequenas — Nem tudo está garantido, obviamente. O ano já está chegando ao fim e as deliberações da Constituinte brasileira continuam longe da conclusão. Os moderados ainda podem perder o controle da situação e um demagogo de direita ou de esquerda pode acabar na liderança do país. Mas essa possibilidade é considerada remota. Levando isso em conta, a maior parte dos bancos considera preferível esperar que esse processo termine para depois assinar o novo pacote. Felizmente, pensam eles, quando as negociações sobre a dívida tiverem terminando, a Constituinte também deverá estar concluindo seu trabalho e os horizontes estarão mais claros. Depois de discorrer sobre esse tema, um líder dos negociadores dos bancos afirmou que, em geral, seus analistas estão esperando governos responsáveis no futuro. "Que não fique dúvida a respeito de nossa confiança a longo prazo no país", asseverou.

Diante desse quadro, os banqueiros esperam negociações difíceis mas não impossíveis. Afinal, tanto a Argentina quanto as Filipinas enfrentavam dilemas pelo menos tão difíceis no ano passado quando abordaram os bancos em busca de novos recursos e de rolagem da dívida. Suas exigências eram tão grandes quanto as que o Brasil tem agora mas, depois de alguns meses, foi possível encontrar um meio-termo aceitável para os dois lados. Com o Brasil, nenhum otimismo cauteloso seria agora injustificado, afirmam vários credores.

Ganhar tempo — Quando Fernando Milliet apresentou sua proposta de 12 páginas na primeira reunião de negociação, a grande surpresa foi a inclusão das necessidades de financiamento de 1989 no pacote — 2,8 bilhões de dólares, mais do que o governo Sarney vinha anunciando que iria pedir. "Além disso, não deixou de surpreender a capacidade da equipe econômica escrever

de forma confusa e esconder suas reais pretensões com grandes generalidades", comenta um banqueiro com uma ponta de humor.

Embora a reação inicial dos membros do comitê de bancos fosse mostrar irritação com as fórmulas vagas da proposta, não demorou a ficar clara a intenção do governo Sarney. Milliet e seus colegas estavam tentando ganhar tempo. No fundo, raciocinaram alguns dos banqueiros mais perspicazes, a jogada brasileira poderá vir a calhar. Serão necessárias várias semanas para esclarecer as reivindicações do governo. Mas nesse meio tempo ficará mais clara a situação política do país e será possível verificar se a tendência de superávits comerciais crescentes fica confirmada. No fundo, nenhum banqueiro tinha ilusão de terminar as discussões rapidamente e os dois lados poderão ganhar se não tiverem pressa. "Se ficar claro que o país pode sustentar superávits mensais de 1,5 bilhão de dólares, não precisaremos dar tanto dinheiro novo. E os brasileiros reconhecem isso", afirma o banqueiro.

Minimizar — Desde a crise de 1982, os bancos têm feito concessões importantes para os devedores. Os *spreads* têm sido reduzidos, o que significa que os lucros dos empréstimos vêm diminuindo. Mas sempre é possível minimizar os efeitos dessas concessões. No ano passado, o Brasil exigia um reescalonamento abrangendo os vencimentos de vários anos. Hoje os negociadores do país já não falam mais nisso.

Mesmo que seja necessário fazer novas concessões nessa área, elas serão limitadas aos montantes vencidos em 1987, 88 e 89. Os *spreads* mais altos continuarão prevalecendo para o resto da dívida. Uma coisa compensará a outra. Se os bancos tivessem aceito o reescalonamento plurianual no auge do Cruzado, teriam feito concessões maiores que as possíveis agora. "Ganhamos com as demoras brasileiras", diz sorrindo um vice-presidente de um grande credor.

As concessões feitas eventualmente pelos bancos são apregoadas como grandes vitórias pelos ministros dos países devedores. "Eles precisam disso para tornar os pacotes mais aceitáveis internamente. Vale a pena", confessa o representante em Nova Iorque de um banco europeu.

Por causa disso, mesmo resistindo a descontos nos *spreads*, os mais realistas entre os credores acham que terão de concordar com eles. "O Brasil conseguirá *spreads* inferiores aos 0,81% conseguidos pelos mexicanos, mas não vai ganhar *spread* zero. Que tal 0,40% ou 0,50% acima da taxa Libor? É o máximo que poderemos permitir. Do contrário, será impossível conseguir a aceitação do pacote pela maioria dos bancos regionais", explica um negociador de um banco americano.